

A dialogicidade na perspectiva freireana a partir da projeção de imagens sobre os conflitos socioambientais em Ferreira Gomes/AP

The dialogue in the Freireans' perspective from the projected images about socioenvironmental conflicts in Ferreira Gomes/AP

Dialogicidad en la perspectiva freireana a partir de la proyección de imágenes sobre conflictos socioambientales en Ferreira Gomes/AP

Andreia Barros Alfaia
Universidade Federal do Amapá
andreiabarro.ap@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-2114-2617>

Beatriz Cardoso Leite
Universidade Federal do Amapá
beatrizleite15@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-8352-0498>

Eliana do Socorro de Brito Paixão
Universidade Federal do Amapá
elianapaixao@unifap.br
<https://orcid.org/0000-0002-7978-1836>

RESUMO

Este artigo apresenta parte de um trabalho de conclusão de curso de Graduação, defendido em 2017, que teve por objetivo investigar a visão dos moradores da cidade de Ferreira Gomes/Amapá, acerca dos conflitos socioambientais locais, na perspectiva freireana. A região amazônica possui potencial hídrico à geração de energia. Nesse contexto, está o município de Ferreira Gomes, que é palco de conflitos socioambientais bastante expressivos. A pesquisa foi de natureza qualitativa, moldada no Círculo de Cultura idealizado por Paulo Freire. Numa relação dialógica, promoveu-se debates em roda de conversa, a partir da projeção de imagens do cotidiano, com apoio dos pressupostos da educação popular. Dentre os principais resultados, constatou-se que a projeção de

imagens e o debate em grupo foram estratégias eficazes que fizeram emergir o olhar crítico dos moradores para o próprio cotidiano, possibilitando, assim, a participação reflexiva no debate sobre sua própria realidade.

Palavras-chave: Conflitos socioambientais. Imagens. Dialogicidade. Educação popular.

ABSTRACT

This paper shows a part of an undergraduate thesis, defende in 2017, which aimed to investigate the vision of Ferreira Gomes residents about the local socioenvironmental conflicts, through Paulo Freire's perspective. The Amazon region has a water potential for power generation. Ferreira Gomes town is in that context and it is the scene of very socioenvironmental conflicts. The reseach was the qualitative nature, framed in the culture circle idealized by Paulo Freire. In a dialogical relationships, debates were held in a conversation circle, from the projection of everyday images of the local population based on the assumptions of popular education. Among the main results, it was found that both the everyday projected images and the debate in group were effective strategies that gave rise to the residents critical view oh their daily lives, thus enabling reflective participation in the debate about their own reality.

Keywords: Socioenviromental conflits. Images. Dialogicity. Popular participation.

RESUMEN

Este artículo presenta parte de un trabajo para concluir el curso de pregrado, defendido en 2017, que tiene como objetivo investigar la opinión de los residentes de la ciudad de Ferreira Gomes/Amapá, sobre los conflictos socioambientales locales, en la perspectiva freireana. La región amazónica tiene potencial hídrico para la generación de energía. En este contexto, está el municipio de Ferreira Gomes, que es escenario de significativos conflictos socioambientales. La investigación fue de naturaleza cualitativa, siguiendo la idea del Círculo de Cultura de Paulo Freire. En una relación dialógica, los debates se llevaron a cabo en un círculo de conversación, basado en la proyección de imágenes cotidianas, desde los presupuestos de la educación popular. Entre los principales resultados, se encontró que la proyección de imágenes y el debate grupal fueron estrategias efectivas que hicieron emerger una visión crítica de los residentes en su vida cotidiana, permitiendo así una participación reflexiva en el debate sobre su propia realidad.

Palabras clave: Conflictos socioambientales. Imágenes. Dialogicidad. Educación popular.

Introdução

A região amazônica tem sido, historicamente, foco de interesses privados, por possuir rios encachoeirados. No estado do Amapá, esta potencialidade dos rios tem atraído, nos últimos anos, empreendimentos do setor energético, que se instalam, inclusive em área urbana, como é o caso do município de Ferreira Gomes. Assim, observa-

se que a implantação desses empreendimentos acarreta significativas transformações sociais, espaciais, econômicas, políticas e ambientais, que, por vezes, implicam em consequências difíceis de serem equacionadas.

Em 1976 houve a instalação da primeira hidrelétrica no município — a hidrelétrica Coaracy Nunes, com o objetivo de gerar energia hidrelétrica para o estado. À época, a região passou pelas primeiras transformações socioambientais e urbanas. A partir do ano de 2010, as mudanças foram ampliadas com a instalação de mais dois novos empreendimentos dessa natureza, a hidrelétrica Ferreira Gomes Energia, concluída no ano 2014, que foi implantada com o objetivo de aproveitar o potencial hídrico do rio Araguari e de unificar o Amapá ao Sistema Interligado Nacional do Setor Energético — SIN (SIQUEIRA, 2011) e a hidrelétrica Cachoeira Caldeirão (INESC, 2016), concluída em 2017.

O município de Ferreira Gomes, com acesso via fluvial ou rodoviário, localiza-se a 132 km da capital Macapá. De acordo com o Censo de 2010 (IBGE, 2016), a população correspondia a 5.802 habitantes. Já em 2016, a estimativa foi de 7.087 habitantes, resultando em um aumento de 22,15%, sendo 48,65% da população oriunda de outras Unidades da Federação. No período da pesquisa, verificou-se que o setor que mais se destacou foi o da construção civil, devido à alta demanda de mão-de-obra para a implantação da hidrelétrica Ferreira Gomes Energia. Com a chegada da empresa construtora, registrou-se no Sistema Municipal de Emprego, mais de 2.000 novos trabalhadores em Ferreira Gomes.

A área urbana do município, cuja cidade-sede é registrada sob a mesma denominação, tem um potencial turístico notável por localizar-se em uma região margeada pelo rio Araguari. Possui vasta cobertura vegetal, diversos balneários, lagos e igarapés. As características naturais poderiam atrair atividades turísticas, culturais e de lazer, potencializando o ecoturismo e, conseqüentemente, o aquecimento da economia local. Contudo, esses atrativos também têm sido afetados em decorrência da instalação das hidrelétricas na região. Quanto à incidência de endemias, o destaque negativo é para os casos de malária, com um crescimento acentuado, em 2010, de 81,1% e, em 2012, de 97,2% (AMAPÁ, 2013). Devido ao significativo aumento populacional, emergiram novos casos. Como medida compensatória para minoração dos casos, a empresa Ferreira Gomes Energia ofertou à prefeitura equipamentos laboratoriais, uma ambulância e realizou

reformas em prédios destinados à área da saúde. De acordo com Amapá (2013), 86% da população é atendida pelos programas de endemias, os quais não suprem toda a demanda.

A despeito dos problemas apresentados, o IDHM, em 2010, sinaliza para 0,656, apontando médio desenvolvimento (PNUD, 2016), com evidência para a longevidade (0,820). O Índice FIRJAN indica 0,6671, também médio desenvolvimento (IFDM, 2016), com destaque para emprego e renda (0,6671). Todavia, o Índice de Gini (BRASIL, 2015) indica que a distribuição de renda é desigual e da ordem de 0,6006, compreendendo que quanto mais próximo de zero, menor é a concentração de renda. Esse dado justifica o índice de pobreza de 37,63% da população (IBGE, 2016) e sua manutenção.

O presente contexto despertou o interesse em realizar a pesquisa na cidade de Ferreira Gomes/AP, em face de experiências vivenciadas pela população, a partir da instalação dos referidos empreendimentos, tendo em vista que um deles se instalou na área urbana do município. O ponto de partida foi a seguinte inquietação: Qual a visão dos moradores de Ferreira Gomes/AP, na perspectiva freireana, sobre as questões socioambientais emergidas com o advento das hidrelétricas?

Nesse sentido, esta pesquisa teve por objetivo investigar a visão dos moradores de Ferreira Gomes acerca dos conflitos socioambientais locais, diante do advento das hidrelétricas, na perspectiva freireana. Para tanto, utilizou-se o método de Freire (2006; 2014) como balizador, o qual se pauta na educação e participação popular.

A pesquisa foi predominantemente qualitativa (TEIXEIRA, 2013), de cunho exploratório (GIL, 2002). A característica dos sujeitos participantes foi definida com base nas concepções de Barros e Leffeld (1990). Não houve delimitação do número de participantes, pois considerou-se a amostragem por acessibilidade ou conveniência (GIL, 2008) e a participação dos moradores foi voluntária, seguindo os preceitos de Lavige e Dionne (2008).

As estratégias de pesquisa foram modeladas pelo Círculo de Cultura (FREIRE, 2006; FREIRE, 2014), consistindo na promoção de debates diante da projeção de imagens do cotidiano, a fim de instigar o desenvolvimento de consciência crítica por meio da interação dos participantes com o ambiente vivido. Nessa perspectiva, o diálogo deve surgir de forma livre e não imposta. Como estratégia de pesquisa, adotou-se o debate em roda de conversa, produziu-se as imagens através de fotografias do local, sendo os temas geradores as questões socioambientais. Quanto ao tratamento e análise dos dados coletados, efetuou-se a pré-análise e a transcrição das falas na íntegra.

Quanto à estrutura deste artigo, a primeira seção é esta, de cunho introdutório; a segunda aborda a implantação de hidrelétricas e os conflitos socioambientais; a terceira, o papel dos gestores municipais frente aos impactos causados; a quarta discorre sobre os caminhos metodológicos; a quinta apresenta os resultados da pesquisa; a sexta, as considerações finais.

No que tange à relevância deste trabalho, destacam-se quatro dimensões: acadêmica, por contribuir e inspirar pesquisas futuras voltadas à área de desenvolvimento regional; social, por evidenciar a realidade vivida pela população de Ferreira Gomes/AP; política, pois poderá subsidiar a formulação de políticas públicas; e educacional, por revelar que a metodologia utilizada pode ser empregada pelos gestores ou pela própria comunidade como instrumento pedagógico, para problematizar questões presentes no ambiente de vivência.

Conflitos socioambientais e os impactos dos grandes empreendimentos privados

As alternativas de desenvolvimento adotadas na Amazônia, como as hidrelétricas, são marcadas por divergências e conflitos socioambientais (ACSELRAD; SILVA, 2004). O município de Ferreira Gomes, por estar inserido no cenário de potencialidades energéticas, também tem sido foco desses conflitos ocasionados por empreendimentos dessa natureza. Os conflitos ambientais “[...] podem ser entendidos como expressão de tensões no processo de reprodução dos modelos de desenvolvimentos [...]” (ACSELRAD, 2004, p. 18). Não impactam somente sobre aqueles que vivem na natureza, como também no espaço urbano e decorrem das relações capitalistas que envolvem a natureza. Na visão do autor, a instalação de grandes projetos que usam o espaço e causam impactos faz com que os ecossistemas saiam do seu ritmo natural, e também contribui para a geração de conflitos socioambientais.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos, em 2012, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) II previu um gasto de 94 (noventa e quatro) bilhões de reais para a efetivação das obras de hidrelétricas na Amazônia e, desse total, 67 (sessenta e sete) bilhões foram investidos em obras que já estavam em fase de desenvolvimento, tais como: Jirau, Santo Antônio, Belo Monte, Santo Antônio do Jari,

Colider, Teles Pires, Estreito e Ferreira Gomes; o restante foi investido em São Luiz do Tapajós, Jatobá, São Manoel e Sinop.

Os investimentos foram realizados com o intuito de gerar melhores expectativas econômicas e também para a geração de energia considerada limpa pelo Governo. Porém, não houve a preocupação em projetar medidas para mitigação e compensação dos impactos socioambientais causados por essas obras, sobretudo em áreas urbanas. Os impactos causados pela implantação de hidrelétricas na Amazônia resultaram em mudança na dinâmica urbana das cidades que receberam esses empreendimentos, que por sua vez geraram outros fatores sociais e econômicos que contribuem para uma estruturação desordenada do espaço urbano (INESC, 2012).

De acordo com o INESC (2012), 70,5% da energia elétrica gerada no Brasil é oriunda de hidrelétricas instaladas na Amazônia. Lefebvre (2006) explica que toda a problemática urbana inicia-se com o processo de industrialização e consolidação do modo de produção capitalista, que é característica básica das sociedades modernas.

Na cidade de Ferreira Gomes, os impactos são visíveis, sobretudo no movimento e volume das águas do rio Araguari, que margeia a cidade, provocando a escassez e mortandade de peixes, problemas sociais e o brusco desaquecimento da economia local ao término das obras. O benefício anunciado com a geração de emprego e renda ainda não se materializou, em contrapartida, e os problemas se avolumam.

Com relação ao saneamento básico, somente 7,1% dos domicílios têm esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2016). O esgoto é despejado no rio ou em via pública sem qualquer tratamento, o que propaga a poluição e, conseqüentemente, o risco à saúde da população.

No que se refere ao abastecimento de água, há escassez e qualidade duvidosa. De acordo com o IBGE (2010), somente 68,57% da população do município é atendida. Na área urbana, esse percentual chega a 64,14% da população. O restante tem que buscar água em outras fontes e, assim, submetem-se ao risco iminente de contaminação. As águas pluviais são manejadas e drenadas para vias da área baixa — o centro da cidade. Os dados coletados pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento — SNIS (2015), analisados no período de 2013 a 2015, confirmam que o município tem cobertura de água fornecida pela Companhia de Água e Esgoto do Amapá — CAESA, mas é insuficiente para atender, com qualidade, a população (SNIS, 2015).

Quanto aos resíduos sólidos, verificou-se que são coletados de segunda a sábado, porém o lixo é depositado em uma lixeira a céu aberto, localizada a aproximadamente quatro quilômetros da cidade.

A Lei nº 12.305/2010 (BRASIL, 2010), que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos determina, dentre outros, a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado desses resíduos. Em seu art. 19, § 3º, define que: municípios com áreas de especial interesse turístico; municípios inseridos em área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental; dentre outros, são obrigados a elaborar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, mesmo com população inferior a 20 mil habitantes. Consoante à Pesquisa de Informações Básicas Municipais — MUNIC (IBGE, 2013), Ferreira Gomes não possui esse plano nos termos estabelecidos pela referida política.

Dessa forma, considera-se que as questões apresentadas e vivenciadas pela população de Ferreira Gomes são inquietantes. Por isso, na perspectiva freireana, a partir do debate em grupo com a projeção de imagens do cotidiano associadas ao ambiente vivido (LEFEBVRE, 2006), buscou-se verificar o que se passa no imaginário coletivo, uma vez que, segundo Laplantín e Trindade (2003), este faz parte da representação como tradução mental da realidade exterior percebida.

O papel da gestão municipal

A administração pública possui dispositivos legais que orientam a elaboração de políticas urbanas, consonantes com a Lei 10.257/ 2001 – Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001). Este dispositivo tem por objetivo ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, seguindo algumas diretrizes, como: a gestão democrática por meio da promoção de debates, audiências e consultas públicas para acolher demandas de iniciativa popular, a fim de subsidiar a formulação dos planos e projetos de desenvolvimento urbano; a cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade.

Soares e Gondim (2002) mostram que a participação popular efetiva, a valorização dos movimentos sociais e a definição de políticas públicas locais, bem como uma frente

política democrática são fatores determinantes para que a administração pública produza efeitos positivos à sociedade. Contudo,

a participação popular na administração pública, pelo menos no discurso, tornou-se hegemônica na cultura política brasileira recente, ou seja, deixou de ser apanágio dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais e passou a ser incluída nas propostas de governos e no planejamento estratégico das cidades, independente da orientação ideológica dos gestores (SOARES;GONDIM, 2002, p. 81).

Em 2013 foi elaborado o Plano Diretor Participativo (AMAPÁ, 2013) do município de Ferreira Gomes sob os ritos previstos no Estatuto da Cidade, produto de uma parceria entre a empresa Ferreira Gomes Energia e a Prefeitura do município de Ferreira Gomes. Esse documento traz um diagnóstico das deficiências e potencialidades municipais, propostas e ações. Foi instituído o Núcleo Gestor do referido plano, composto por representantes da Prefeitura, de órgãos governamentais estaduais e federais e de organizações da sociedade civil. Entretanto, o plano existe apenas para justificar que se cumpriu um rito devido à instalação das hidrelétricas, pois a realidade mostra que a cidade ainda não foi agraciada com a concretização dessas ações e a população convive com problemas de toda sorte.

Nesse contexto, destaca-se a participação popular, que não ocorreu conforme previsto pelo referido instrumento. Há registro de que houve participação de alguns representantes de organizações sociais. Entretanto, essa participação deveria ser plena, oportunizando o exercício da cidadania nas discussões sobre os destinos do município a partir das demandas sociais, viabilizando, assim, uma gestão democrática, conforme prevê o Estatuto da Cidade.

De acordo com Barbosa (2013), o Estatuto da Cidade estabelece que o gestor municipal fica obrigado a elaborar um plano diretor para propiciar qualidade de vida à população e também para aperfeiçoar os recursos disponíveis na sua administração. Essa qualidade de vida para a população garante o direito a uma cidade sustentável, com direito ao espaço urbano, “ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (p. 137).

Outro critério para a obrigatoriedade de elaboração do plano diretor é “[...] ter grandes obras que afetem a morfologia urbana ou exponha o ambiente a situações de risco, como aeroportos, rodovias, hidroelétricas, prédios comerciais de grande porte, entre outros” (PAIXÃO, 2008, p. 52). Ferreira Gomes se encaixa nesse critério, uma vez que, no

município, foram instaladas 3 (três) hidrelétricas, distantes entre si, aproximadamente, 20 (vinte) quilômetros.

No tocante aos aspectos estruturais e socioambientais, o plano diretor prevê as seguintes ações: implementar política de saneamento ambiental integrado, no qual estão inseridos o saneamento básico, a gestão ambiental e de resíduos sólidos, o abastecimento de água potável e o tratamento do esgoto sanitário; ampliar a cobertura de saneamento básico para as áreas com risco ambiental; implantar um aterro sanitário; elaborar e executar um Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos; garantir um sistema de drenagem pluvial; promover educação ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais; mapear os pontos críticos com risco de inundação; entre outras ações. Todavia, o plano ainda não foi materializado.

Segundo Braga (2008) e Paixão (2008), alguns planos diretores não deram certo porque a obrigatoriedade de se elaborar o plano não foi suficiente para conscientizar os gestores públicos municipais sobre a real importância das políticas públicas a partir de planejamento urbano para uma gestão eficiente. Assim, a maior parte dos gestores enxerga o plano diretor como mais uma exigência burocrática ou um meio para se obter financiamentos públicos.

Para Nigro (2007), a gestão pública deve garantir a sustentabilidade do meio ambiente e do espaço urbano, levando-se em consideração a realidade da sociedade e a sua cultura. Para que isso ocorra é necessário que os administradores públicos e a sociedade atuem no enfrentamento das questões sanitárias e, ainda, que sejam formuladas e executadas políticas públicas condizentes com as demandas sociais e contínuas.

Diante do quadro apresentado e dos normativos referenciados, buscou-se conhecer o indicador de mensuração da efetividade da gestão municipal intitulado Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEGM, aferido pelo Instituto Rui Barbosa – IRB (2015). Esse índice tem o propósito de revelar a efetividade das políticas e atividades de ordem pública desenvolvidas pelos gestores em cada ano. São avaliados aspectos como: educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, proteção à cidade e governança da tecnologia da informação. Os resultados são categorizados com as seguintes legendas: (A) altamente efetiva; (B+) muito efetiva; (B) efetiva; (C+) em fase de adequação e (C) baixo nível de adequação. Em 2016, o IRB divulgou a mais recente avaliação municipal, na qual Ferreira Gomes apresenta índice C, ou seja, baixo nível de adequação, o que ratifica a

situação exposta, cuja participação social no processo decisório do município é mais uma ação que não se concretizou.

Imagens como recurso para problematização de questões socioambientais em Ferreira Gomes/AP

A pesquisa de campo realizada durante o trabalho de conclusão de curso que deu origem a este artigo foi de cunho predominantemente qualitativo, pois, conforme Teixeira (2013, p. 140), “o social é visto como um mundo de significados passível de investigação e a linguagem dos atores sociais e suas práticas as matérias-primas dessa abordagem”. Em outros termos, consideram-se relevantes todas as falas dos sujeitos investigados, bem como as experiências vividas por eles em seu contexto natural.

Além do cunho qualitativo, a pesquisa teve, também, um caráter exploratório, uma vez que a experiência vivenciada por moradores da cidade de Ferreira Gomes/AP foi investigada em virtude da instalação de grandes empreendimentos privados que impactaram na dinâmica urbana local. Dessa forma, a pesquisa exploratória,

tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (GIL, 2002, p. 41).

Barros e Lehfeld (1990, p. 58) descrevem que “o universo da pesquisa significa o conjunto, a totalidade de elementos que possuem determinadas características, definidas para um estudo”. Partindo desse conceito, determinou-se o universo de pesquisa dentre homens e mulheres com idade mínima de 18 anos, residentes e domiciliados em Ferreira Gomes/AP. Inicialmente, realizou-se o levantamento dos responsáveis das principais associações representativas do município; em seguida, estes foram contatados por telefone e foram feitos os agendamentos de reuniões presenciais para apresentação do trabalho em andamento e das pesquisadoras. Assim, os representantes das associações do município, ao saberem do teor do trabalho, mobilizaram a comunidade para participar da pesquisa.

Após a definição dos sujeitos, foram definidas as estratégias de pesquisa, adaptando-as ao “Círculo de Cultura” (FREIRE, 2006, p. 102), método pedagógico criado e executado por Paulo Freire, que propunha a alfabetização com participação democrática, em que os participantes pudessem ter uma conscientização, na medida em que faz com que o povo enxergue as suas insatisfações sociais e procure um caminho para a defesa dos seus interesses. Em outros termos, “[...] uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política [...]” (FREIRE, 2006, p.20).

O referido método pedagógico consiste na estimulação de debates em grupo, numa relação dialógica sobre temas vivenciados, relativos aos problemas socioambientais cotidianos, como aqueles experienciados pelos moradores de Ferreira Gomes. Esse método prevê a necessidade de uma educação que proporcione ao indivíduo a oportunidade do debate sobre a sua problemática, colocando-o na condição de partícipe da experiência. Desse modo, o diálogo, um dos pressupostos da educação popular e que se configura na construção de uma educação na e com as comunidades, de forma livre e não imposta, proporciona um pensamento crítico a respeito da realidade (FREIRE, 2006; 2014).

Freire (2006; 2014) utilizava materiais visuais que faziam parte da realidade dos homens para instigar a participação nos debates e, conseqüentemente, o diálogo na alfabetização. Assim, para a realização da pesquisa, produziram-se imagens (fotografias), relativas às questões socioambientais de Ferreira Gomes/AP, para projeção durante o encontro com os participantes, como meio de instigar os debates. A fotografia “[...] permite ver o que por outros modos não pode ser visto” (MARTINS, 2014).

Realmente, em face de uma situação codificada (situação desenhada ou fotografada que remete, por abstração, ao concreto da realidade existencial), a tendência dos indivíduos é realizar uma espécie de “cisão” na situação que lhes apresenta. Esta cisão, na prática da descodificação, corresponde à etapa que chamamos de “descrição da situação” (FREIRE, 2014, p. 135).

De acordo com Laplantine e Trindade (2003), para compreender os preceitos, os medos e as esperanças de um povo, é necessário conhecer o seu imaginário social, ao qual se tem acesso, por meio das suas ideologias, suas crenças, seus símbolos, suas entidades representativas e seus movimentos. Compreender esse imaginário é passo importante na atividade de descodificação.

A esse respeito, Freire (2014) explica sobre a atividade de descodificação e revela como as imagens transmitem as situações reais do povo, auxiliando na iniciação do debate

e no reconhecimento do mundo material para, assim, levar o homem a refletir sobre a sua realidade. Com isso, os diálogos vão se tornando mais participativos e, em alguns casos, relatam sobre a vida do sujeito para mostrar como o conhecimento da sua realidade o faz conhecer sua própria cultura.

A educação para a conscientização, segundo Freire (2014), é uma maneira de colocar o homem a compreender seu mundo de uma forma mais crítica, projetando-o em uma imagem ou um conjunto de imagens. A descodificação é a tradução do que a imagem representa para sua mente para, posteriormente, transmitir através do seu diálogo com os outros e, dessa forma, completar o processo de enxergar o seu mundo de uma maneira crítica e expressar, através das suas palavras e reações, o que é visto e percebido.

Para a realização da pesquisa, não houve delimitação do número de participantes, tendo em vista que a estratégia utilizada não prevê essa delimitação, a qual Gil (2008, p. 94) denomina de “amostragem por acessibilidade ou por conveniência”. Nesse tipo de amostragem, “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam de alguma forma, representar o universo” (GIL, 2008, p. 94). Desse modo, moradores locais concordaram em participar da pesquisa de forma voluntária. Laville e Dionne (2008, p. 171, grifo dos autores) afirmam que:

Às vezes, quando a participação na pesquisa é exigente, ou por razões éticas, o tema abordado for delicado, apelar-se-á a uma *amostra de voluntários* fazendo um apelo para reunir pessoas que aceitem participar. O problema é que as pessoas têm então esta característica de serem voluntárias, o que, ainda aí, pode tornar ocasional a generalização das conclusões. Todavia, nem sempre é uma desvantagem importante.

Os voluntários da pesquisa representam membros da Associação de Pescadores, Associação dos Quilombolas, do Movimento dos Atingidos por Barragens e professores da rede municipal de ensino. Além deles, houve participação de um grupo de moradores da cidade, residentes nos bairros: Centro, Montanha, Portelinha e Ameixal. Esses bairros contemplam a parte central e periférica da cidade e, de alguma forma, foram afetados pelas questões assinaladas. O local para a realização da pesquisa foi disponibilizado pelo presidente da Associação dos Quilombolas.

Para dar início à atividade de campo, utilizou-se uma dinâmica intitulada “dinâmica da teia”, com o intuito de quebrar o gelo entre os participantes, visando “criar uma situação de conforto, de certo distencionamento, para gerar uma atmosfera permissiva [...]” (GATTI, 2005, p.28). Essa dinâmica consistia na disposição dos

participantes em forma de uma roda, onde eles foram convidados a falar sobre um aspecto que lhes agradava na cidade. Cada participante respondia ao que foi proposto na dinâmica e, posteriormente, passava uma ponta do barbante para alguém de sua escolha. Assim, construiu-se uma “teia”, que simbolizava a união, a proximidade das pessoas em comunidade.

Em roda de conversa (FREIRE, 2006) foram projetadas as imagens fotografadas e os participantes, de forma autônoma, expressavam o que lhes vinha à mente. Para registrar as falas dos participantes, foi utilizado um gravador, a fim de garantir a preservação dos dados; efetuaram-se, também, registros fotográficos durante o encontro. Para o tratamento e análise dos dados coletados, foram realizadas a pré-análise, a transcrição das falas na íntegra. Os sujeitos foram identificados no trabalho por meio de três letras maiúsculas, conferindo-lhes o anonimato.

Questões socioambientais de Ferreira Gomes na visão de moradores locais

Ao projetar as fotografias do cotidiano dos moradores participantes da pesquisa, observaram-se neles inquietações e surpresas ao se depararem com a realidade vivida e não vista. A fotografia contribuiu para desvendar aspectos do imaginário social (LAPLANTINE; TRINDADE, 2003), propiciando as interações sociais com foco nas mesmas questões. Segundo Martins (2014), a fotografia propaga uma diversidade de funções, inclusive em relação ao alcance da memória do homem comum. As imagens suscitaram variadas sensações que permitiram depreender como as pessoas expressam a sua compreensão da vida real.

Das formas de expressão visual da realidade social, a fotografia é aquela que ainda procura o seu lugar na sociabilidade contemporânea. Talvez porque tenha sido por muito tempo, a mais popular de todas, ao alcance de um leque amplo de usuários e instrumentalizada por uma variedade significativa de imaginários (MARTINS, 2014, p.33).

Durante a roda de conversa, verificou-se que, quando estimulados, os moradores sabem dizer o que pensam sobre a realidade que vivenciam. Isso é uma forma de educar e reflete o próprio método de dialogação de Freire (2006), que objetiva trazer a consciência crítica das pessoas por meio da interação e da reflexão sobre sua realidade.

Assim, diversos moradores se manifestaram sobre o potencial do rio Araguari para a produção de alimentos e momentos de lazer. FBF, por exemplo, disse que o rio era rico em peixe e que, nos tempos atuais, atividades como a pesca e a caça são difíceis. A moradora AVA acrescentou, ainda: “antigamente, quando eu cheguei aqui, nós ainda íamos para a beira do rio pegar o almoço e o jantar. Agora não pega mais. Acabou tudo”. A forma como AVA se expressa é comum na Amazônia e quer dizer que havia fartura de peixes no rio Araguari — que margeia a cidade, e que moradores locais realizavam a pesca para garantir o almoço e o jantar. Com a implantação da hidrelétrica, os peixes desapareceram.

O que acontece em Ferreira Gomes é o que Acselrad (2004, p. 08) chama de “processos sócio-ecológicos”, em que a natureza e a sociedade se interligam e se reproduzem. A quebra desse processo é o que gera os conflitos sociais motivados pelo confronto da posse dos recursos ambientais. Nesse sentido, pode-se conhecer os conflitos ambientais com o meio que envolve “[...] grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, [...]” (ACSELRAD, 2004, p.26), ou seja, são disputas sociais que, em certos impactos causados, podem tornar-se fatores para a descontinuação de outros usos dos recursos naturais que, por sua vez, são geralmente utilizados por pessoas que não têm grandes posses e que dependem do meio ambiente para sua subsistência. Dessa forma, a instalação de grandes projetos que causam impactos e fazem com que os ecossistemas saiam do seu ritmo natural são fatores desencadeadores de conflitos ambientais.

Saneamento básico: água, esgoto e lixo

No tocante à questão de saneamento básico, constatou-se a insatisfação dos participantes em relação à prestação do serviço. A maioria deles enfatizou que a água fornecida para consumo não passa por qualquer tipo de tratamento. Para ilustrar tal afirmação, a moradora MEM disse que “quando coloca a água no balde chega feder”.

Nesse contexto, depreende-se um descontentamento geral dos participantes. Como exemplo, CBR declarou que a água fornecida pela CAESA é de qualidade duvidosa e está imprópria para consumo. Em suas palavras: “Ao abrir a torneira cai primeiro o barro. Para beber aquela água tem que coar, tem que ferver. Se não tratar, é arriscado beber.” Sobre essa questão AVA acrescentou: “A gente percebe a ferrugem em cima da água. A população adoce com diarreia, vômito, febre, infecção intestinal. A gente reza que tenha um evento e

que alguém traga água mineral, porque no hospital não tem hipoclorito”. Na sequência, o morador CBR disse: “Eu confirmo o que ela falou, porque se a água mata cobra, sapo, boto, então pode até matar as pessoas. Deve ter uma química perigosa colocada pela hidrelétrica e a CAESA joga essa lama pra gente beber”.

Já a moradora SAS declarou: “Eu só tomo água mineral”. Enquanto a moradora ICA compartilhou a sua experiência:

“A maioria da população sente dor no estômago devido a água, porque nem todos têm condições de comprar água mineral, que custa seis reais o vasilhame de cinco litros. Na minha casa, graças a Deus eu compro água mineral, mas a gente faz a alimentação, café com a aquela mesmo. Um dia desse eu reclamei para o funcionário da CAESA e disse que a água está vindo do rio direto para as torneiras. Ele disse: Será? Eu falei: Será não, tu trabalhas lá, tu sabes. Ainda querem que a gente pague a água. Já pensou pagar uma água como essa? Mas antes pegar água do rio!”

De acordo com o exposto, os moradores constataram que a falta de tratamento de água pela companhia de água e esgoto tem suscitado, na população, graves problemas de saúde, associados ao despejo de efluentes no rio, pela hidrelétrica instalada em Ferreira Gomes. As reclamações recorrentes são justificadas pela limitação financeira de muitos moradores, que os impede de consumir água mineral. Os participantes manifestaram ciência de que o uso do hipoclorito seria uma alternativa para melhorar a qualidade da água consumida; porém, o composto químico não é disponibilizado à população pelos órgãos sanitários.

Nota-se, pelo relato dos moradores, que não há preocupação por parte dos gestores em mudar essa situação. Nenhuma ação perante a CAESA e a empresa responsável pela Hidrelétrica foi realizada nesse sentido. Segundo a moradora AVA, houve uma reunião entre a população e representantes do empreendimento hidrelétrico Ferreira Gomes Energia para tratar desse assunto. Na ocasião, um dos representantes do empreendimento afirmou para a população que a água oferecida era ideal para beber, isto é, de boa qualidade. Diante dessa afirmação, a moradora AVA revelou que foi à beira do rio, encheu uma garrafa com água e disse:

“Se está ideal, então beba! Aqui está a água, você vai beber? Se você diz que a população pode beber, você também pode beber!” Coloquei o copo e a água para ele beber. Ele foi embora e não bebeu. A água é totalmente amarela e embaixo tem tipo ferrugem. Aí, de repente, a água fica limpa, mas não significa que aquela água presta para nós. Há casas aqui que ficam de três a cinco dias sem água. Quando a água vem é da cor de ferrugem”.

Por meio da fala da moradora, observa-se que o representante do empreendimento estava ciente da má qualidade da água e, portanto, recusou-se a bebê-la. Além dessa problemática, há, ainda, a frequente redução no abastecimento pela CAESA, de acordo com relatos de moradores que convergem para a falta de água por vários dias seguidos no município. Os dados do SNIS, de 2013 a 2015, confirmam que houve redução no serviço de água oferecido à população ferreirense. A moradora OSL concluiu que, mesmo sendo de má qualidade, há racionamento de água no bairro Portelinha. A referida moradora relatou que ela deixa encher a caixa d'água, espera a sujeira assentar, retira a água que fica em cima e lava a caixa devido ao acúmulo de lama.

Sobre o assunto, VOC, por sua vez, fez a seguinte consideração:

“A respeito da nossa água, eu gostaria que as autoridades competentes olhassem com atenção, porque aqui em Ferreira Gomes não há mais solução! Nós não temos mais a quem recorrer. Os rios foram tomados, há três hidrelétricas e ninguém fala nada. Há quem diga que isso trouxe desenvolvimento, que veio facilitar a vida dos moradores de Ferreira Gomes. Então eu queria que as autoridades tivessem compaixão e resolvessem o problema da água”.

Assim, a questão de saneamento básico, especificamente no que concerne ao fornecimento de água, foi desvendada pelos moradores participantes da pesquisa, os quais atribuem parte da responsabilidade pela má qualidade da água às hidrelétricas, uma vez que a água captada provém do rio Araguari, causando modificação de sua qualidade. Depreendeu-se também, por meio das falas dos moradores, um forte apelo ao poder público para a melhoria na prestação desse serviço à população com reflexo na melhoria de suas vidas. Nigro (2007) assevera que a gestão pública deve conhecer a comunidade, oportunizar o diálogo, para assim adotar medidas que venham a sanar as questões que causam os conflitos sociais, o que é ratificado por Paixão (2008).

De acordo com o IBGE (2015), somente 64,14% da população urbana do município é atendida pelo abastecimento de água. É um índice muito aquém da necessidade e, como mencionado, em condições impróprias para consumo, conforme reconhece a própria CAESA. Portanto, a redução do serviço aliada à sua má qualidade configura situação de risco à saúde pública da população local (PAIXÃO, 2008).

No que se refere à coleta de lixo, os participantes declararam que o cronograma de coleta, divulgado em placas fixadas em alguns pontos da área urbana, não é executado. Isto posto, o acúmulo de lixo e a conseqüente proliferação de mosquitos e animais que

transmitem doenças surgem como efeito dessa deficiência. Sobre o fato, a moradora OSL fez o seguinte comentário:

“Nós temos a nossa parcela de culpa por coletar o lixo em saco e colocar lá fora, em uma altura que o cachorro alcança, o urubu encosta, e ambos rasgam o saco. Mas se funcionasse o cronograma e o horário de coleta, nós colocaríamos o lixo pra fora no horário em que o carro passasse. O cronograma está muito bonito na propaganda, mas ele não funciona. No bairro onde eu moro, Portelinha, nós ficamos três meses sem coleta de lixo. Na minha casa o que dá para queimar eu queimo, mas eu estou errada porque, queimando, estou poluindo de qualquer forma”.

Em consequência ao descumprimento do cronograma de coleta, ocorre o que a moradora OSL declarou e outros moradores reafirmaram, isto é, muitos cidadãos se sentem obrigados a queimar o lixo doméstico para evitar o acúmulo e o aparecimento de animais que transmitem doenças. Quando não se faz a queima do lixo, a população vê como alternativa o depósito em via pública, surgindo assim as lixeiras viciadas.

Nas concepções de Braga e Costa (2004), o surgimento de lixeiras viciadas decorre dos conflitos relacionados ao uso e ocupação do solo, conflitos estes que estão relacionados aos problemas socioecológicos que, por sua vez, causam os conflitos socioambientais. Essa problemática é sentida por quem usufrui do espaço para sua moradia e subsistência, colocando em risco sua saúde, conforme reconhecem os participantes da pesquisa. Para Acselrad (2004), o serviço ineficiente de coleta de lixo é reflexo da má administração por parte da prefeitura, que transfere para a população a responsabilidade da destinação do lixo.

É notável na cidade a presença de diversas placas orientando a população a manter o ambiente limpo e a não jogar lixo em vias públicas. Contudo, é contraditória essa medida educativa da prefeitura, uma vez que ela mesma não cumpre o seu papel de administradora pública e zeladora da cidade, conforme previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010).

Em linhas gerais, nota-se, por meio das manifestações dos moradores, que o serviço de saneamento básico (água, lixo e esgoto) é deficiente na cidade. Essa constatação vai de encontro aos dados do IFDM (2013) geral de Ferreira Gomes, que aponta a cidade com desenvolvimento moderado de 0,63. No entanto, devido às condições reveladas pelos moradores, verificou-se a inobservância desses dados, o que desclassificaria o município, levando-o para níveis mais baixos de desenvolvimento.

Questões socioambientais e sua relação com o rio Araguari

Diante da projeção da imagem do rio, a reação dos participantes foi imediata e no sentido de comunicar a mudança no movimento do rio Araguari com o passar dos anos. Sob essa ótica, manifestou-se VOC:

Se vocês vieram pensando em escutar coisas boas, não vão escutar não, porque aqui só há lamento, choro e sofrimento! Olha, a minha maior tristeza vendo essa imagem, que quando eu cheguei aqui, há 11 anos, via peixes em abundância. A gente descia no rio, cada um pegava sua cambadinha de peixes. Não precisava comprar, hoje, você vê o rio sem peixes e o povo sofrendo.

Essa fala revela o descontentamento com a escassez de peixes no rio Araguari, alvo de preocupações das comunidades que dependem dele para se alimentar. É nítido que a questão ambiental não se mostra favorável à população uma vez que os relatos dos moradores reforçam que o rio era a principal fonte de subsistência às comunidades. VOC afirma: “Eu sinto falta da fartura de peixes que havia antes e a beleza do rio. Hoje há lamento dos ribeirinhos, dos moradores, e a fome que tomou conta!”

Dentre as imagens projetadas, havia uma que revelava a mortandade de peixes. No momento de sua projeção, verificou-se que os impactos causados foram de cunho socioambiental. Assim, de acordo com as falas dos participantes, as imagens causam grande tristeza, como expressa ICA: “Nesse dia eu chorei na beira do rio de ver tanto peixe morto!” E ratifica VOC: “Entristeceu ver a quantidade de peixe morto e ninguém fazia nada.” Conforme os relatos dos moradores, a mortandade de peixes ocasionou a fome e a pobreza na cidade, mas as autoridades não se manifestaram em favor da natureza e nem da população, que via o seu sustento ser subtraído de forma inconsequente. Os pescadores, principais atingidos pela mortandade de peixes, sequer conseguem mais pescar para sua própria subsistência. Como pescador, VOC expõe com propriedade a situação:

“Agora, restaram ao povo ferreirense a fome, a miséria, a sede, a necessidade e o desrespeito. Não há emprego, água de qualidade, cesta básica, salário, nada. Enquanto que, se esses peixes tivessem se reproduzido, ninguém passaria fome, haveria peixes para comer em abundância”.

VOC comenta, ainda, que, no ápice da mortandade, ele pesou duas toneladas de peixes mortos na orla da cidade. Ele disse:

“Eu pesei duas toneladas de peixes. E eu não estava sendo mandado por ninguém, eu não estava ganhando nada de ninguém, eu vivo do meu trabalho, eu sou autônomo. Eu fiz isso para mostrar a quantidade de peixes mortos, porque eles disseram que tinham morrido 1.800 peixes com peso de 150 quilos. Pura mentira!”

No ano de 2015, a população de Ferreira Gomes vivenciou dois acontecimentos que afetaram sobremaneira a população local: o primeiro foi a inundação, devido ao acidente na hidrelétrica Cachoeira Caldeirão que atingiu, não somente a área urbana do município, como também várias comunidades em torno do rio; o segundo se refere à mortandade de peixes nunca vista antes na região. Ao observar imagens da inundação, AVA disse que viu muitas pessoas perdendo móveis, roupas e outros pertences. As memórias trazidas por essas imagens remeteram a muita tristeza e angústia em parte dos moradores participantes da pesquisa. Na realidade, o que, inicialmente, apresentou-se como desenvolvimento e ascensão econômica local, mascarou os problemas sociais e ambientais (ACSELRAD; SILVA, 2004).

Diante desses problemas, os responsáveis pela empresa gestora das hidrelétricas da região apresentaram, como meio de solucionar a questão, a proposta de transferir os moradores das áreas afetadas para outros bairros, mas isso não ocorreu. Porém, a parte afetada da cidade é também a mais desenvolvida, onde há hotéis e pousadas, prédios públicos, a maioria das escolas, etc.

Sobre o impacto ambiental no Quilombo do Igarapé do Palha, situado em Ferreira Gomes, ICA disse: “a água do igarapé não presta mais para beber, não tem mais peixe, enfim, a gente está vivendo na misericórdia de Deus”. CBR, por sua vez, relatou que, no dia da enchente, resgatou várias pessoas apenas com a roupa do corpo. E disse ainda:

“Salvei tantas vidas e ia perdendo a minha. As pessoas estavam seguras nos batentes das portas, das janelas, para a água não levar. E eles pedindo socorro para mim e eu comecei a chorar porque a minha voadeira não aguentava todo aquele povo que estava pedindo socorro. [...] eu deixava lá no seco e voltava. Depois que a água baixou ficou o prejuízo para a população toda. Uma pessoa me chamou de abestado porque eu não me apropriei de botijões de gás das pessoas. Eu disse: “Não! Eu quero ter na minha vida o que custou o meu suor. Porque um pedaço de ferro não é tão importante como uma vida.” A minha função era essa: socorrer as pessoas”.

Este relato sintetiza o que os moradores de Ferreira Gomes vivenciaram com o estouro da barragem da hidrelétrica: muitas famílias desabrigadas, outras perderam quase tudo, além do dano ambiental incalculável e, por vezes, irreparável. A despeito de casos

pontuais de apropriação indébita, a solidariedade foi intensa e primordial naqueles momentos de calamidade. Ainda diante da imagem do rio Araguari e da hidrelétrica, os participantes debateram sobre a destinação da energia elétrica produzida. CBR falou: “Depois de ter três barragens dentro de Ferreira Gomes, nós estamos pagando 500, 400 reais em um talão de luz. Enquanto que a energia não é nem para nós, é para o estrangeiro”.

Sobre esse fato, Siqueira (2011) e a ANEEL (2012) explicam que essa energia elétrica seria interligada ao Sistema Interligado Nacional com o objetivo de propiciar a transferência entre sistemas para garantir a sua distribuição com segurança e economia. Um comunicado publicado no *site* da empresa Ferreira Gomes Energia, localizada na área urbana de Ferreira Gomes, dá a seguinte explicação a respeito dessa interligação ao SIN:

Pelo contrato de concessão com o Governo Federal, a Ferreira Gomes Energia está obrigada a disponibilizar para o SIN 70% do que produzir. Os outros 30% poderão ser vendidos no chamado Mercado Livre para grandes consumidores, como indústrias. Em conjunto com a Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Mineração (SEICOM) e Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), a companhia está desenvolvendo estudos que possibilitarão que 30% da energia produzida sejam comercializados no próprio Amapá (AMAPÁ, 2013).

Nesse contexto, houve uma mobilização por parte do Movimento dos Atingidos por Barragens, a fim de que as pessoas atingidas recebessem as indenizações devidas. Segundo Acselrad (2004), os conflitos pertinentes ao espaço social são os atritos criados por consequência de impactos causados e não responsabilizados por quem os cometem, e sofrido por quem usufrui do meio ambiente para sua sobrevivência.

Em relação ao aspecto ambiental, foram muitos os comentários negativos e até denúncias de crimes ambientais que continuam acontecendo. ICA disse: “Esse foi o maior prejuízo que nós tivemos no nosso município de Ferreira Gomes! Acabou com a nossa riqueza e provocou a morte de peixes!”. O morador CBR acrescentou: “Na entrada da cidade, eu e mais dois amigos espalhamos os peixes mortos e fizemos uma manifestação, fechamos a estrada só com peixe”.

O aspecto social também foi motivo de reflexão. A chegada de trabalhadores de outras regiões para a construção das hidrelétricas, conforme o relato de AVA, acarretou diversos problemas sociais, sobretudo a prostituição. A cidade não estava preparada para esse aumento populacional, ou seja, não foram criadas políticas públicas para evitar o que se vê no cenário atual. Assim, a realidade ferreirense traduz o cenário amapaense na

carência de gestão pública atenta aos problemas socioambientais narrados pelos moradores.

A seguir, a moradora AVA destacou a importância de um espaço de dialogação para que a população possa expor seus anseios, angústias e demandas, na perspectiva da participação popular:

“Quem dera que o pessoal abrisse espaço para nós, para gente falar o que sente, o que a gente vê, o que a gente pensa, o que a gente passa. Quando há uma audiência a gente tem 15 minutos para falar. A dificuldade que a gente passa em Ferreira Gomes não dá para relatar em 15 minutos. Quem dera que os gestores dessem oportunidade para falar como vocês nos deram, Aqui existe horário até para morrer. Se houver morte à noite não tem ambulância para levar o corpo”.

Verifica-se, por meio das falas, que a população se ressentida da ausência de oportunidade para o exercício da cidadania e do direito à voz, como defende Freire (2014) no método pedagógico que embasou a realização da pesquisa. Com efeito, a participação popular é fundamental para a tomada de decisões da administração pública, pois gerir balizado na valorização do povo possibilita uma gestão democrática, que atende às necessidades sociais. Desse modo, uma comunidade com poder de voz e de ação, na perspectiva dialógica, pode contribuir na construção de políticas públicas consonantes com a realidade.

Considerações Finais

A pesquisa teve como propósito investigar a visão dos moradores de Ferreira Gomes/Amapá acerca dos conflitos socioambientais locais, na perspectiva freireana. Em busca do cumprimento desse objetivo, realizou-se uma adaptação do círculo de cultura idealizado por Paulo Freire, com a realização de rodas de conversa para problematizar o cotidiano através de imagens produzidas momentos antes da realização da pesquisa e projetadas no encontro com os participantes. Essa forma dialógica e pedagógica de educar, decodificando as imagens e traduzindo-as, possibilita uma educação para a conscientização, isto é, um olhar crítico para a compreensão do mundo. Trata-se de uma educação que mostra aos participantes que eles podem exercer o direito à voz e ao exercício da cidadania, para que haja a transformação social.

Historicamente, a gestão municipal amazônica reflete o modelo de desenvolvimento dito moderno, mas arbitrário, que impõe a execução de projetos pautados nos interesses particulares em detrimento do interesse coletivo. A contraposição a esse modelo requer a prática participativa nos destinos dos municípios e que as políticas econômicas, urbanas e socioambientais sejam realizadas concomitantemente. Esse é um dos maiores desafios para os gestores públicos, seja qual for sua esfera de atuação, rompendo com heranças patrimonialistas e clientelistas.

Por meio da pesquisa realizada, verificou-se que os empreendimentos hidrelétricos instalados em Ferreira Gomes trouxeram, sobretudo, impactos ambientais. De acordo com os relatos dos moradores, a maior problemática ambiental diz respeito à escassez de peixes no rio Araguari, o que conduz a população ao desemprego, à fome e ao aumento dos bolsões de pobreza. Como consequência, a economia local é atingida, pois trata-se de uma cidade pequena, na qual a pesca era a principal atividade de subsistência da população, levando o município a depender ainda mais das transferências constitucionais para se manter.

Com base na Lei 9.433/1997, que dispõe sobre a exploração dos recursos hídricos, a pesquisa de campo apontou, ainda, que a administração pública municipal, no processo de negociação para autorização da instalação dos citados empreendimentos, deveria ter exigido a compensação pela exploração hidrográfica do município e pelos impactos sofridos, a fim de aplicar os recursos em prol de melhorias na qualidade de vida da população local, minimizando os problemas enfrentados.

Há que se destacar que a instalação da construtora responsável pelas hidrelétricas em Ferreira Gomes foi um atrativo para trabalhadores de outras localidades que estavam em busca de empregos, causando um inchaço populacional e uma sobrecarga nos parques serviços públicos, tais como saúde, educação, saneamento básico, segurança e moradia.

A pesquisa evidenciou que a cidade de Ferreira Gomes/AP é carente de políticas públicas voltadas para as questões urbanas, sobretudo as socioambientais. A partir da fala dos moradores, foi possível refletir e compreender a sua realidade. Essa reflexão trouxe à tona o que há por trás do discurso desenvolvimentista da implantação das hidrelétricas em Ferreira Gomes, que não condiz com a realidade observada pelas pesquisadoras e relatada pelos moradores participantes da pesquisa. Os impactos vivenciados pela população local após a instalação desses empreendimentos estão se revelando mais negativos do que os previstos no EIA-RIMA.

Outro fator preocupante percebido por meio das falas dos moradores refere-se ao saneamento básico, o qual foi duramente criticado. Sabe-se que o mínimo exigível no saneamento é o fornecimento de água de qualidade, e que, apesar da cidade ser margeada pelo rio Araguari, o fornecimento é considerado inadequado à saúde humana e, segundo relato dos moradores, a água é barrenta e com aspecto de ferrugem.

Por meio da dialogicidade, foi possível comprovar a necessidade da participação popular no processo decisório da gestão municipal. Essa foi uma das queixas dos participantes, que afirmaram não ser convidados a opinar sobre os destinos e problemas do município e que, quando participam de audiências públicas, o tempo destinado à participação social é, sobremaneira, limitado.

Por fim, é válido ressaltar que a projeção de imagens e o debate em grupo foram estratégias que possibilitaram extrair do imaginário popular, a partir do olhar crítico, a visão dos moradores de Ferreira Gomes sobre sua realidade. O uso de instrumentos participativos revela sentimentos de pertencimento, angústias, anseios, necessidades, dentre outros. Além disso, é uma forma de empoderamento social, na medida em que se busca a autonomia dos participantes e, conseqüentemente, sua liberdade para o exercício da cidadania.

Referências

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará- Fundação Heinrich Böhl, 2004, p. 7-33.

ACSELRAD, Henri; SILVA, Maria das Graças. Conflito social e mudança ambiental na barragem de Tucuruí. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará- Fundação Heinrich Böhl, 2004, p. 175-194.

AMAPÁ. Plano Diretor Participativo do município de Ferreira gomes, Estado do Amapá. **Diagnóstico das condicionantes, deficiências e potencialidades municipais propostas e ações**. Ferreira Gomes – AP: 2013.

ANEEL. **Contrato de concessão de geração NQ002/2012: Geração de energia elétrica destinada a serviço público**. 2012. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br>>. Acesso em: 27 Fev 2017.

BARBOSA, Raimundo Gomes. Planejamento urbano e segregação socioespacial na cidade de Macapá. **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, nº 6, p. 135-148, 2013.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

BRAGA, Roberto. **Plano diretor municipal: três questões para discussão**. 2008. Disponível em: <<http://www.dadosmunicipais.org.br/>>. Acesso: 27 dez. 2016.

BRAGA, Tânia Moreira; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Entre a conciliação e o conflito: dilemas para o planejamento e a gestão urbana ambiental. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará- Fundação Heinrich Böhl, 2004, p. 195-216.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**, que dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/>. Acesso: 06 Jan 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.257, 10 de julho de 2001**, que dispõe sobre a Política Urbana. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 06 Jan 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Índice de Gini da renda familiar per capita – Brasil (2015)**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginibr.de>>. Acesso em: 20 Nov 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade**. 29ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira - Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 58ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. **Perfil dos Municípios Brasileiros**. 2013. Disponível em: <<http://www.sinir.gov.br/web/guest/snis-serie-historica>>. Acesso: 06 Jan 2017.

IBGE. **Cidades: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal- IDHM**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/>>. Acesso: 29 Nov 2016.

IBGE. SIDRA. **Pesquisa de Saneamento Ambiental**. 2015. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnsb/tabelas>>. Acesso: 06 Jan 2017.

IFDM. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**. 2013. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal resultado.htm?UF=AP&IdCidade=>. Acesso: 20 Nov 2016.

INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos. **A Corrida por Megawatts: 30 hidrelétricas na Amazônia Legal**. Nota técnica 08 de Jul de 2012.

INESC. Instituto de Estudos Socioeconômicos. **Investimentos e Direitos na Amazônia**. Disponível em: <http://amazonia.inesc.org.br/projetos/cachoeira-caldeirao/o-projeto/>. Acesso: 29 Nov 2016.

IRB - INSTITUTO RUI BARBOSA. **Índice de efetividade de gestão municipal**. 2015. Disponível em: <http://iegm.irbcontas.org.br/>. Acesso: 06 Jan 2017.
LAPLANTINE, François. TRINDADE, Liana. **O que é imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LAVILLE, Christian; DIONE, Jean. **A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito a Cidade**. 1901. 5ª ed. Tradução Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro, 2006.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2014.

NIGRO, Carlos Domingos. **A insustentabilidade urbana**. Curitiba: Ibpex, 2007.

PAIXÃO, Eliana do Socorro de Brito. **Plano diretor participativo: análise das contribuições e alternativas para os problemas urbanos das áreas de várzea do município de Laranjal do Jari (AP)**. Orientador: José Alberto Tostes. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento Regional. UNIFAP: Macapá, 2008. 147 f.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <http://www.undp.org/content/brazil/pt/home/>. Acesso: 20 Nov 2016.

SIQUEIRA, Gabriela Valente. **Licenciamento ambiental no Amapá: o caso do aproveitamento hidrelétrico de Ferreira Gomes (AHE-FG)**. Orientador: Daniel Gaio. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas). Unifap. Macapá, 2011. 100 f.

SNIS - SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO. **Consolidado por Município (2015)**. Disponível em: <http://www.sinir.gov.br/web/guest/>. Acesso: 06 Jan 2017.

SOARES, Arlindo José; GONDIM, Linda. Novos modelos de gestão: lições que vêm do poder local. In: SOARES, Arlindo José; CACCIA-BAVA, Silvio (Orgs). **Os desafios da Gestão Municipal Democrática**. São Paulo: Cortez, 2002.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As Três Metodologias: Acadêmica, da Ciência e da Pesquisa**. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

Submetido em 06/07/2017

Aprovado em 05/04/2020

Licença *Creative Commons* – Atribuição NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)